ONG cria novo método de medir desmatamento no curto prazo

(Foto Ayrton Vignola -/Folhapress Área desmatada em Moraes Almeida, no Pará, região da BR-163)

Em meio ao recente aumento na taxa de desmatamento na Amazônia, a ONG Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) criou um modelo para identificar áreas protegidas da região sob maior risco de desflorestação no curto prazo.

A primeira etapa do projeto, divulgada nesta semana, é um boletim, de atualização trimestral, com uma radiografia das áreas protegidas da Amazônia mais vulneráveis a partir de dados do SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento), gerados pela própria ONG.

As áreas protegidas estão divididas em terras indígenas e unidades de conservação federal e estaduais, na forma de rankings. A avaliação é de dois tipos: ameaça (risco iminente de desmatamento) e pressão (quando há devastação em andamento no interior).

Em janeiro, o Imazon divulgará o modelo de risco para 2017 agregando as informações consolidadas do sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que gera imagens de satélite mais precisas.

Para identificar as áreas mais vulneráveis no curto prazo, o Imazon leva em conta fatores como presença de estradas ilegais, condições do terreno, proximidade de obras, como hidrelétricas, e qualidade do solo.

“Nossa ideia é mostrar, primeiramente, que as ameaças e pressão podem ser documentadas e que é também possível prever as que virão no próximo ano”, afirma o pesquisador Carlos Souza Jr. “Esperamos que as previsões ajudem em campanhas

preventivas para evitar futuros desmatamentos.”

Assim, o objetivo maior, explica o pesquisador, é errar a previsão de desmatamento –significaria que foi possível evitá-lo.

“No final, não queremos que o modelo acerte na previsão. Mas tem de errar a partir de um ajuste de esforços de prevenção”, disse, durante entrevista em seu escritório, em Belém.

A taxa anual de desmatamento na Amazônia cresceu 24% de agosto de 2014 a julho de 2015 em comparação ao período anterior, segundo dados do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais) divulgados no mês passado.

Foram derrubados 6.207 km² de floresta nesses 12 meses, a maior área desde 2011. O Pará é o Estado que lidera o desmatamento no país. Sete das dez áreas com mais pressão entre agosto de 2015 e julho de 2016 são unidades de conservação estaduais, segundo o SAD.
Registros do desmatamento na floresta amazônica

PRESSÃO

A área mais pressionada da Amazônia é a Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu, localizada nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira e de responsabilidade do governo do Pará, Estado com cinco das dez unidades do ranking.

Entre os problemas no Triunfo do Xingu estão grandes latifúndios, mineração e a ausência de um plano de gestão, segundo o Instituto Socioambiental (ISA).

Entre as unidades de conservação federal, a mais problemática é a Área de Proteção Ambiental (APA) Tapajós, também no Pará. Ali, segundo o Imazon, o desmatamento foi estimulado pela mera perspectiva da construção de um grande complexo hidrelétrico, por ora congelado pelo governo federal.

As terras indígenas são as áreas preservadas que sofrem menos desmatamento. Apenas Cachoeira Seca (índios araras), no entorno de Altamira, aparece no ranking das mais pressionadas (9°).

Somente nos primeiros nove meses deste ano, madeireiros e outros invasores abriram 258 km de ramais (estradas) na Cachoeira Seca, segundo levantamento do ISA.

No modelo do Imazon, essas estradas clandestinas são o vetor que mais preocupa: 80% do desmatamento anual da Amazônia ocorre a até 5 km de distância dessas vias. “Essas estradas são o começo de tudo: abre-se a estrada, se extrai madeira e o próximo passo é a colonização”, disse.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) informou que acompanha o desmatamento na Cachoeira Seca via monitoramento remoto e que planeja a retirada dos não-índios, mas admite que não fez nenhuma ação de fiscalização na área neste ano.

Para Souza Jr., um dos riscos mais graves do avanço do desflorestamento dentro das áreas protegidas é a pressão sobre os governos para mudar o limite dessas áreas, regularizando as invasões. “Esse processo já aconteceu em várias unidades.”

Por Estadão FABIANO MAISONNAVE
ENVIADO ESPECIAL A BELÉM

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br